

BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025

Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Conselheiro/Presidente do TCMPA

Lúcio Dutra Vale

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

José Carlos Araújo

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

Mara Lúcia Barbalho da Cruz

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

Sebastião Cezar Leão Colares

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):

↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

↳ **Sérgio Franco Dantas**

↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**

CRIAÇÃO

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (**TCMPA**) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015; Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA; Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

CONTATO/DOE do TCMPA

Secretaria Geral/☎ (91) 3210-7813
✉ suporte.doe@tcm.pa.gov.br

ENDEREÇO/TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Telefone: ☎ (91) 3210-7500 (Geral)

TCMPA integra programação do 2º LabTCs com boas práticas



Representantes dos 33 de Tribunais de Contas do Brasil participaram da cerimônia de abertura da segunda edição do Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (2º LabTCs), na tarde desta quarta-feira (21), em Cuiabá (MT). O evento é realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT).

Promovido com apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o 2º LabTCs se estende até sexta-feira (23).

O conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), Cezar Colares, que também está representando a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), participa do evento e também compôs a mesa de abertura. Equipe de técnicos do TCMPA também estão em Cuiabá para compartilhar as experiências exitosas da Corte de Contas na área de sistemas e monitoramento de políticas públicas.

Na ocasião, o presidente da Atricon, Cezar Miola, falou sobre o papel do controle externo no futuro. “Vamos olhar para dimensões que aparentemente podem não dialogar diretamente com o controle externo. Eu citaria aqui a educação ambiental e a educação antirracista. Não na elaboração de políticas públicas, mas na fiscalização do que já está previsto na Legislação.” **LEIA MAIS...**

NESTA EDIÇÃO

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL	
✚ ATO DE JULGAMENTO	02
DO GABINETE DO PRESIDÊNCIA	
✚ ADMISSIBILIDADE	19
DO GABINETE DO CORREGEDOR	
✚ TERMO DE PARCELAMENTO	21
✚ SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO	22
CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE	
✚ NOTIFICAÇÃO	22
DOS SERVIÇOS AUXILIARES – SA	
✚ PORTARIA	23
✚ LICITAÇÃO	26
DOS SERVIÇOS AUXILIARES – SA	
✚ EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	27
✚ 2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO	28



DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL**ATO DE JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 42.882**

Processo nº: 202030789-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município

Município: Abaetetuba

Exercício: 2020

Responsável: Bruna Lorena Lobato Macedo – Presidente

Interessada: Estelita de Jesus Carvalho Machado

Membro MPCM/PA: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS PROPORCIONAIS

1. Atendidos os requisitos do artigo 40, § 1º, III, “b”, Constituição Federal de 1988;

2. O benefício deve ser atualizado ao valor do salário-mínimo vigente, em atenção ao artigo 201, § 2º da Constituição Federal de 1988.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no art. 75, inciso I do Regimento Interno (Ato nº 23/2020 - RITCM/PA, com as alterações do Ato nº 26/2022), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.**DECISÃO:****I - Considerar legal e registrar a Portaria nº 147/2019 de 23/12/2019**, do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Abaetetuba que concedeu aposentadoria por idade à Sra. Estelita de Jesus Carvalho Machado, CPF nº 790.313.072-20, no cargo Auxiliar Operacional 01, com percepção de proventos proporcionais, no valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), com fundamento no artigo 40, § 1º, III, “b”, Constituição Federal de 1988;**II - O benefício** deve ser atualizado ao valor do salário-mínimo vigente, em atenção ao artigo 201, § 2º da Constituição Federal de 1988.

Sessão da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 07 de junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.884

Processo nº: 202030032-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos

Município: Altamira

Exercício: 2019

Responsável: Fabiano Bernardo da Silva – Presidente

Interessada: Edinalda de Sousa

Membro MPCM/PA: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS

1. Atendidos os requisitos do artigo Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003;

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no art. 75, inciso I do Regimento Interno (Ato nº 23/2020 - RITCM/PA, com as alterações do Ato nº 26/2022), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.**DECISÃO:****I - Considerar legal e registrar a Resolução n.º 13/2019 de 18.01.2019**, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV, que concedeu aposentadoria voluntária à Sra. Edinalda de Sousa, CPF nº 295.108.802-72, no cargo de Auxiliar Técnico de Saúde, com percepção de proventos integrais, no valor de R\$1.176,92 (mil, cento e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), com fundamento no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Sessão da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 07 de junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.887

Processo nº: 202031328-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Município - IPMA

Município: Ananindeua

Exercício: 2019

Responsável: José Augusto Dias da Silva – Presidente

Interessada: Ana Júlia Tolosa Rodrigues Vila Real

Membro MPCM/PA: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.

1. Atendidos os requisitos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no art. 75, inciso I do Regimento Interno (Ato nº 23/2020 - RITCM/PA, com as alterações do Ato nº 26/2022), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria n.º 0053 de 02/03/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua, que concedeu aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade à Sra. Ana Júlia Tolosa Rodrigues Vila Real, CPF nº 175.845.232-34, no cargo Professor, Nível III, referência "9", com percepção de proventos no valor de R\$ 7.170,58 (sete mil, cento e setenta reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Sessão da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 07 de junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.888

Processo nº: 202132066-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Município – IPMA

Município: Ananindeua

Exercício: 2021

Responsável: Glaucia Machado – Presidente

Interessada: Maria Jacimar dos Santos

Membro MPCM/PA: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas

EMENTA: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.

1. Atendidos os requisitos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no art. 75, inciso I do Regimento Interno (Ato nº 23/2020 - RITCM/PA, com as alterações do Ato nº 26/2022), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria n.º 0199 de 03/08/2020 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua que concedeu

aposentadoria por tempo de contribuição e idade à Sra. Maria Jacimar dos Santos, CPF nº 155.074.592-15, no cargo de Auxiliar Municipal com percepção de proventos, no valor de R\$1.358,50 (Mil, trezentos e cinquenta e oito reais, e cinquenta centavos), com fundamento no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2000. Sessão da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 07 de junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.604

Processo nº 125439.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA ALTA

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessadas: CARLA ALMEIDA SAMPAIO (Ordenadora - 01/01/2021 até 31/12/2021) E ELIETE RODRIGUES DE SOUSA (Contadora - 01/01/2021 até 31/12/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA ALTA. EXERCÍCIO DE 2021. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APLICAÇÃO DE MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO APÓS O RECOLHIMENTO DAS MULTAS.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 125439.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Carla Almeida Sampaio, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pelas falhas/impropriedades apontadas em seu período de gestão.

IMPUTAR débito de R\$ 9.720,00, ao(à) Sr(a) Carla Almeida Sampaio, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.



APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Carla Almeida Sampaio, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **200 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, pela incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais, no aporte de R\$ 396.818,69 na competência devida, descumprindo o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal;

2. Multa na quantidade de **150 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, pelo não encaminhamento de processos relativos aos atos de admissão temporária de pessoal para registro no SIAP, descumprindo Arts. 1º, §§2º e 3º e Art. 6º e parágrafos, da Resolução N° 018/2018/TCM-PA;

3. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) X, pelas impropriedades em relação ao Registro de Preços originário de Pregão Eletrônico N° 002/2021-SMS: Postagem intempestiva do procedimento licitatório no Mural de Licitações e ausência de justificativa para os quantitativos licitados.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Após o recolhimento das multas imputadas, deverá ser expedido Alvará de Quitação à Ordenadora Carla Almeida Sampaio, no valor de R\$ 7.912.036,76 (sete milhões, novecentos e doze mil, trinta e seis reais e setenta e seis centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 27 de Abril de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.609

Processo nº 114441.2016.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2016

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessados: SENIR DE SOUZA COSTA FERNANDES (Ordenador - 01/01 até 31/12/2016), MARCIA FERREQUETE MAGALHAES (Ordenadora - 01/02 até 31/12/2016) E SUETONIO DE ANDRADE SOARES (Contador - 01/01/2016 até 31/12/2016)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2016. ORDENADORA: SENIR DE SOUZA COSTA FERNANDES (PERÍODO DE 01/01 A 31/01). CONTAS REGULARES. ORDENADORA: MÁRCIA FERREQUETE MAGALHÃES (PERÍODO DE 01/02 A 31/12). REMESSA INTEMPESTIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º E 2º QUADRIMESTRES. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. MULTA.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 114441.2016.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR as contas do(a) Sr(a) Senir de Souza Costa Fernandes (período de 01/01 a 31/01/2021). Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 106.256,38 (cento e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos).

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Márcia Ferrequete Magalhães (período de 01/02 a 31/01/2016).

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 2.121.126,22 (dois milhões, cento e vinte e um mil, cento e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), onde se inclui de saldo em Bancos para o exercício seguinte o valor de R\$36.479,87 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), condicionado o recolhimento da multa aplicada.



APLICAR a multa abaixo ao(à) Sr(a) Márcia Ferreguete Magalhães (período de 01/02 a 31/01/2016), que deverá ser recolhida ao **FUMREAP**, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA: Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) Márcia Ferreguete Magalhães, passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.
Belém - PA, 28 de Abril de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.812

Processo nº 056012.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO DE MAN E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE PEIXE-BOI

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Instrução: 7ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA Interessada: LEISE VIEIRA DE MESQUITA (Ordenadora - 01/01/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO DE MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE PEIXE-BOI. EXERCÍCIO DE 2021. REGULARIDADE DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 056012.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULARES as contas do(a) Sr(a) Leise Vieira De Mesquita, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação à ordenadora de despesa no valor de R\$ 10.838.790,15 (dez milhões e oitocentos e trinta e oito mil e setecentos e noventa reais e quinze centavos).

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 25 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.814

Processo nº 072204.2019.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM-NOVO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: LUIS GUILHERME DA SILVA FERREIRA (Ordenador), ODINELSON LOPES ALMEIDA (Ordenador) E MANOEL ERNESTO ARAÚJO TEIXEIRA (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM-NOVO. EXERCÍCIO DE 2019. DEFESAS NÃO APRESENTADAS. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS. CONTAS IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. ORDENADOR LUIS GUILHERME DA SILVA FERREIRA - R\$ 19.245,95. ORDENADOR ODINELSON LOPES ALMEIDA - R\$ 274.135,13. ORDENADOR MANOEL ERNESTO ARAÚJO TEIXEIRA - R\$ 43.283,31. REMESSA AO MPE.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 072204.2019.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, c, d, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a) Luis Guilherme Da Silva Ferreira, relativas ao exercício financeiro de 2019.

IMPUTAR débito de R\$ 19.245,95, ao(à) Sr(a) Luis Guilherme Da Silva Ferreira, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Luis Guilherme Da Silva Ferreira, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:



1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo não repasse ao RGPS das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, da LC 101/00;

3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo envio dos arquivos eletrônicos da prestação de contas em desacordo com o disposto nas Resoluções nºs 9.065/2008/TCM/Pa e 004/2018/TCM/Pa.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, c, d, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a) Odelson Lopes Almeida, relativas ao exercício financeiro de 2019.

IMPUTAR os débitos abaixo ao(à) Sr(a) Odelson Lopes Almeida, devidamente atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.:

1. Débito no valor de **R\$ 26.264,32**.

2. Débito no valor de **R\$ 247.870,81**.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Odelson Lopes Almeida, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo atraso no envio das prestações de contas do 1º e 2º quadrimestres, descumprindo o disposto no art. 335, V, do RI/TCM/Pa;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo não repasse ao RGPS das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal;

3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00;

4. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo envio dos arquivos eletrônicos da prestação de contas em desacordo com o disposto nas Resoluções nºs 9.065/2008/TCM/Pa e 004/2018/TCM/Pa.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, d, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a) Manoel Ernesto Araújo Teixeira, relativas ao exercício financeiro de 2019.

IMPUTAR os débitos abaixo ao(à) Sr(a) Manoel Ernesto Araújo Teixeira, devidamente atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.:

1. Débito no valor de **R\$ 5.544,80**.

2. Débito no valor de **R\$ 37.738,51**.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Manoel Ernesto Araújo Teixeira, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo atraso no envio da prestação de contas do 3º quadrimestre, descumprindo o disposto no art. 335, V, do RI/TCM/Pa;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo não repasse ao RGPS das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal;



3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", do RI/TCM/Pa e art. 50, II, da LC 101/00;

4. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo envio dos arquivos eletrônicos da prestação de contas, em desacordo com o disposto nas Resoluções nºs 9.065/2008/TCM/Pa e 004/2018/TCM/Pa.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. **CAUTELARMENTE**, serão tornados indisponíveis os bens do ordenador Odinelson Lopes de Almeida (01.01 a 15.10), durante um ano, em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento ao erário municipal, do valor de R\$ 274.135,13, devidamente atualizado, correspondente ao agente ordenador no montante de R\$ 26.264,32 e ausência de comprovantes de despesas, no total de R\$ 247.870,81, nos termos do art. 96, inciso I, da Lei Complementar nº 109/2016.

Deve a Presidência deste Tribunal expedir ofício à Promotoria de Justiça da comarca de Santarém Novo, para adoção de providências judiciais de sua alçada, destinadas ao bloqueio e arresto de bens, junto aos sistemas BANCEJUD, RENAJUD e Cartório de Registro de Imóveis de Belém e Santarém Novo, visando a efetividade da medida cautelar fixada, independentemente do trânsito em julgado desta decisão.

Cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém - PA, 25 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.823

Processo nº 044002.2019.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE MARAPANIM

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: EDINILSON DE OLIVEIRA CHAVES (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE MARAPANIM. EXERCÍCIO DE 2019. DEFESA APRESENTADA. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS. CONTAS IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO - R\$ 110.179,59. MULTAS. REMESSA AO MPE.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 044002.2019.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, c, d, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: **JULGAR IRREGULARES** as contas do(a) Sr(a) Edinilson De Oliveira Chaves, relativas ao exercício financeiro de 2019.

IMPUTAR débito de R\$ 110.179,59, ao(à) Sr(a) Edinilson De Oliveira Chaves, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Edinilson De Oliveira Chaves, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00;

2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa. pela não comprovação do envio à Prefeitura dos lançamentos contábeis para consolidação no Balanço Geral.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos



acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Federal para as providências que entender cabíveis.

CAUTELARMENTE, serão tornados indisponíveis os bens do ordenador Ednilson de Oliveira Chaves, durante um ano, em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento, ao erário municipal, do valor de R\$ 110.179,59, devidamente atualizado, correspondente ao montante lançado à conta "agente ordenador", nos termos do art. 96, inciso I, da Lei Complementar nº 109/2016.

Deve a Presidência deste Tribunal expedir ofício à Promotoria de Justiça da Comarca de Marapanim, para adoção de providências judiciais de sua alçada, destinadas ao bloqueio e arresto de bens, junto aos sistemas BANCEJUD, RENAJUD e Cartório de Registro de Imóveis de Belém e Marapanim, visando a efetividade da medida cautelar fixada, independentemente do trânsito em julgado desta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.824

Processo nº: 028002.2015.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURRALINHO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2015

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: JAIR DO SOCORRO PINHEIRO REIS (Presidente)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE CURRALINHO. EXERCÍCIO DE 2015. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 028002.2015.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Jair Do Socorro Pinheiro Reis, relativas ao exercício financeiro de 2015.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no montante de R\$ 1.373.596,60.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.825

Processo nº 028002.2016.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURRALINHO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2016

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessado: JAIR DO SOCORRO PINHEIRO REIS (Presidente)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE CURRALINHO. EXERCÍCIO DE 2016. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 028002.2016.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Jair Do Socorro Pinheiro Reis, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no montante de R\$ 1.443.558,92.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.826

Processo nº 033002.2015.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2015

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão



Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: MARIA DO CARMO PENA PANTOJA (Ordenadora 01/01/2015 até 09/06/2015) E RONELIO ANTONIO RODRIGUES QUARESMA (Presidente)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI. EXERCÍCIO DE 2015. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DE AMBOS ORDENADORES. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 033002.2015.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Maria Do Carmo Pena Pantoja, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2015.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 935.616,82.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Ronelio Antonio Rodrigues Quaresma, relativas ao exercício financeiro de 2015.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 1.251.021,32.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.827

Processo nº 040002.2016.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2016

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessado: DORIVAL RODRIGUES BARRA (Presidente)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU. EXERCÍCIO DE 2016. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 040002.2016.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Dorival Rodrigues Barra, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Em favor de quem deverá ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 1.450.960,09.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.833

Processo nº 118033.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDEB DE NOVO PROGRESSO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Instrução: 5ª Controladoria

Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Interessado(a): IRES MELMAN (Ordenador(a))

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDEB DE NOVO PROGRESSO. EXERCÍCIO DE 2021. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. APLICAÇÃO DE MULTAS.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 118033.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Ires Melman, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Após recolhimento das multas, expeça-se Alvará de Quitação no valor de R\$ 63.108.442,99 (sessenta e três milhões e cento e oito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos).

APLICAR multa na quantidade de **300 UPF-PA**, que equivale atualmente o valor de R\$ 1.312,02, prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) VII, ao(à)



Sr(a) Ires Melman, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.843

Processo nº 072215.2019.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTARÉM-NOVO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessada: ELLEN D LUCIE ARRAES SINDEAUX (Ordenadora)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTARÉM-NOVO. EXERCÍCIO DE 2019. DEFESA NÃO APRESENTADA. FALHA GRAVE NÃO SANADA. CONTAS IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. MULTAS. REMESSA AO MPE.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 072215.2019.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, d, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: **JULGAR IRREGULARES** as contas do(a) Sr(a) Ellen D Lucie Arraes Sindeaux, relativas ao exercício financeiro de 2019.

IMPUTAR débito de R\$ 63.950,14, ao(à) Sr(a) Ellen D Lucie Arraes Sindeaux, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Ellen D Lucie Arraes Sindeaux, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo não repasse ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/Tcm/Pa., pela não apropriação dos encargos patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC 101/00;
3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa. pela ausência dos Pareceres do Conselho Municipal de Assistência Social, relativos ao 1º, 2º e 3º quadrimestres, descumprindo o disposto na Resolução 04/2018/TCM/Pa.;
4. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/Pa., pelo envio dos arquivos eletrônicos da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres em desacordo com o disposto nas Resoluções nº 9.065/2008/TCM-PA e nº 004/2018/TCM-PA. Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 26 de Maio de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.867

Processo nº 090463.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão



Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: DELCIVAN DA SILVA (Ordenador - 01/01/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTA AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 090463.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Delcivan Da Silva, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 717.144,03, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, do valor estipulado a título de multa.

APLICAR multa na quantidade de **200 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao(a) Sr(a) Delcivan Da Silva, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.868

Processo nº 027422.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria Procurador(a): Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos Interessados: BARBARA LIMA DE LIZ (Ordenadora 01/01/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 027422.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Barbara Lima De Liz, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deverá ser expedido o "Alvará de Quitação" na importância de R\$ 2.216.374,26, somente após comprovar o recolhimento dos seguintes recolhimentos, em favor do FUMREAP-TCM-PA, os valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(a) Sr(a) Barbara Lima De Liz, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no Art. 698, III, "b", do RITCM-PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 30.675,52 (trinta mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999;
2. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no Art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 179.887,65, descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.869

Processo nº 120023.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (FMMA) DE PALESTINA DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: EDITH PEREIRA DE SOUSA (Ordenadora 01/05/2021 até 31/12/2021) E EVERTON FERNANDES MIRANDA (Ordenador 01/01/2021 até 30/04/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (FMMA) DE PALESTINA DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DE AMBOS ORDENADORES. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 120023.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Edith Pereira De Sousa, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 942.952,21, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Edith Pereira De Sousa, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no artigo 700, do RI/TCM-PA, pela intempestividade na remessa de documentos ao TCM-PA, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, Inciso V, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c IN 002/2019-TCMPA;

2. Multa na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999;

3. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Everton Fernandes Miranda, Ordenador relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 797.496,51, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Everton Fernandes Miranda, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no artigo 700, do RI/TCM-PA, pela intempestividade na remessa de documentos ao TCM-PA, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, Inciso V, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c IN 002/2019-TCMPA;

2. Multa na quantidade de **50 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da



totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999;

3. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023

ACÓRDÃO Nº 42.870

Processo nº 062397.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE REDENÇÃO DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessada: MARIA JUCEMA FURTADO CAPPELLESSO (Ordenadora 01/01/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE REDENÇÃO DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 062397.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Maria Jucema Furtado Cappelless, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deverá ser expedido o "Alvará de Quitação" na importância de R\$ 10.140.977,44, correspondente à importância que esteve sob sua responsabilidade naquele exercício financeiro, somente após a comprovação dos recolhimentos em favor do Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Maria Jucema Furtado Cappelless, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pelo descumprimento do regime de competência e recolhimento das Obrigações Patronais em favor do INSS, no montante de R\$ 79.798,94, descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal;
2. Multa na quantidade de 901 UPF-PA prevista no art. 700, III, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva de documentos referentes ao Contrato do Pregão Eletrônico nº 77/2021, tendo sido postado no Mural de Licitações com 88 dias de atraso, descumprindo o art. 6º, Inciso II da Resolução nº 11.535/2014-TCM-PA;
3. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no art. 698, IV, "b" do RITCM-PA, pelas falhas formais nos processos licitatórios (Pregões Eletrônicos nºs: 02/2021, 57/2021 e 77/2021, requisitos formais da Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Resolução nº 11.535/2014-TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.871

Processo nº 124430.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão



Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: OSVALDINA NUNES DOS SANTOS (Ordenadora 01/01/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2021. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 124430.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Osvaldina Nunes Dos Santos, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2021.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 2.858.943,64, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Osvaldina Nunes Dos Santos, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999;
2. Multa na quantidade de **100 UPF-PA** prevista no art. 700, do RITCM/PA, pelo não foi envio do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, relativo ao 1º Quadrimestre descumprindo a Instrução Normativa nº 002/2019/TCM/PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.921

Processo nº 047450.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE MOJU

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: FÁBIO PANTOJA DE SOUZA (Contador - 01/01/2021 até 31/12/2021), PAULO SÉRGIO FADUL NEVES (Contador - 01/01/2021 até 31/12/2021) E VUNIBALDO SALOMÃO DOS REIS (Ordenador - 01/01/2021 até 31/12/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE MOJU. EXERCÍCIO DE 2021. DEVOLUÇÃO DE R\$ 2.421,97 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E UM REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), QUE NÃO FOI REPASSADO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, REFERENTE AOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DOS SERVIDORES. NÃO RECOLHIMENTO À PREFEITURA DO IRRF E ISS. RECOLHIMENTO E MULTA. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 047450.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Vunibaldo Salomão Dos Reis, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Pelas falhas apontadas em relatório.

IMPUTAR débito de R\$ 2.421,97, ao(à) Sr(a) Vunibaldo Salomão Dos Reis, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias com base no art. 706, §5º, do RI/TCM-PA.

APLICAR multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no art. 698, III, b, do RITCM/PA, pelo não recolhimento à



Prefeitura do valor do IRRF no montante de R\$ 17.469,25 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), e ISS no valor de R\$ 2.675,20 (dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), caracterizando omissão de receita, ao(a) Sr(a) Vunibaldo Salomão Dos Reis, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Expedir o Alvará de Quitação em nome do responsável, no valor de R\$ 7.064.168,02 (sete milhões, sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e dois centavos), onde se inclui R\$ 5.900,52 (cinco mil, novecentos reais e cinquenta e dois centavos), de saldo para o exercício seguinte, em bancos, condicionado à comprovação dos recolhimentos das multas aplicadas e da devolução ao erário.

Belém - PA, 13 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.922

Processo nº 052490.2021.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OEIRAS DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: RENATO LACERDA DOS PRAZERES (Ordenador - 01/01/2021 até 26/09/2021), MIKELY DA CRUZ SANTANA (Ordenadora - 27/09/2021 até 31/12/2021), CARLA PATRICIA MONTEIRO TORRES (Contadora - 01/01/2021 até 23/06/2021) E ROSE ARAÚJO MARTINS (Contador - 24/06/2021 até 31/12/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OEIRAS DO PARÁ. EXERCÍCIO DE 2021. REGULAR COM RESSALVA. RENATO LACERDA DOS PRAZERES. EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE QUITAÇÃO. REGULAR. MIKELY DA CRUZ SANTANA. EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 052490.2021.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Renato Lacerda Dos Prazeres, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Expedir o competente Alvará de Quitação em favor de Renato Lacerda dos Prazeres (Período de 01/01 a 26/09/2021), no montante de R\$-2.512.542,51 (dois milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR REGULARES as contas do(a) Sr(a) Mikely Da Cruz Santana, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Expedir o competente Alvará de Quitação em favor de Mikely da Cruz Santana (Período de 27/09 a 31/12/2021), no montante de R\$-1.465.392,41 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), onde se inclui em bancos, R\$-270.922,45 (duzentos e setenta mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Belém - PA, 13 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 42.939

Processo nº 023417.2017.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPITÃO-POÇO

Assunto: Contas Anuais de Gestão - Exercício 2017

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessados: FRANCISCO AMADEU ALVES TORRES (Ordenador - 01/01/2017 até 31/12/2017) E JOSÉ AUGUSTO RUFINO DE SOUSA (Contador - 01/01/2017 até 31/12/2017)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPITÃO-POÇO.



EXERCÍCIO DE 2017. IMPROPRIEDADES NO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017 E DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 007/2017. REGULAR COM RESSALVA. MULTA.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 023417.2017.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Francisco Amadeu Alves Torres, relativas ao exercício financeiro de 2017.

Devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas no valor de R\$ 12.324.297,71 (doze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos), onde se inclui de saldo para o exercício seguinte no R\$1.707.656,40 (hum milhão, setecentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), condicionado o recolhimento da multa aplicada.

APLICAR multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelas impropriedades na inexigibilidade de licitação nº 001/2017 e no pregão presencial SRP nº 007/2017. , ao(à) Sr (a) Francisco Amadeu Alves Torres, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368 /2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém - PA, 15 de Junho de 2023.

ACÓRDÃO Nº 35.784

Processo nº 009410.2015.2.000

Jurisdicionado: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE AUGUSTO CORREA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2015

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Instrução: 5ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessado: ALLEX JHONY SILVA FARIAS (Ordenador)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE AUGUSTO CORREA. EXERCÍCIO DE 2015. IRREGULARIDADE DAS CONTAS. INCORRETA APROPRIAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. MULTAS. ENVIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 009410.2015.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso III, c, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR IRREGULARES as contas do(a) Sr(a) Allex Jhony Silva Farias, relativas ao exercício financeiro de 2015, em razão de não ter sido efetuada a devida apropriação (empenho) e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal, arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº. 8.212/91 e art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Allex Jhony Silva Farias, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 280, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA**, que equivale atualmente o valor de R\$ 1.038,00, prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) II, VIII c/c art. 282, III, "b" do RI/TCM-PA, pela não realização da correta apropriação e recolhimento das Obrigações Patronais, em desacato ao art. 195, I, "a", da Constituição Federal, art. 30, I, "b", da Lei nº. 8.212/91 e art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

2. Multa na quantidade de **1150 UPF-PA**, que equivale atualmente o valor de R\$ 3.979,00, prevista no Artigo 72 da Lei Complementar 109/16 inciso(s) II c/c art. 282, III, "a" c/c art. 284, IV do RI/TCM-PA, em razão da remessa em atraso das Prestações de Contas dos 1º, 2º e 3º Quadrimestres, em descumprimento aos prazos fixados pela IN nº. 01/2009/TCM/PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 303, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

ENCAMINHAR, por fim, o seguinte:

Ao Ministério Público do Estado:

1. Encaminhar cópia dos autos após o trânsito em julgado para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Belém – PA, 13 de Dezembro de 2019.



ACÓRDÃO Nº 42.463

Processo nº 061004.2019.2.000

Jurisdicionado: SAAE/SAA DE PRIMAVERA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Interessados: CEZAR NEY GUERREIRO CABRAL (Ordenador)

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 061004.2019.2.000, **ACORDAM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Cezar Ney Guerreiro Cabral, relativas ao exercício financeiro de 2019.

APLICAR multa na quantidade de prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, **300 UPF-PA** pelo não repasse ao RGPS, das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal, ao(a) Sr(a) Cezar Ney Guerreiro Cabral, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Deverá ser expedido em favor do ordenador de despesas Cezar Ney Guerrero Cabral, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$ 464.043,12, após o recolhimento da multa aplicada.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém – PA, 10 de Novembro de 2021.

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 16.553**

Processo nº 086001.2019.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2019

Relator: Conselheiro Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Instrução: 4ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO (Prefeito)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU. EXERCÍCIO DE 2019. DEFESA APRESENTADA. FALHAS PARCIALMENTE SANADAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVA. MULTAS. NOTIFICAÇÃO À CÂMARA.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 086001.2019.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM RESSALVA, as contas do(a) Sr(a) Isaias Jose Silva Oliveira Neto, relativas ao exercício financeiro de 2019.

APLICAR as multas abaixo ao(a) Sr(a) Isaias Jose Silva Oliveira Neto, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não consolidação dos lançamentos contábeis da Câmara com o Balanço Geral, descumprindo o disposto no art. 4º da Resolução Administrativa nº 09/2018/TCM/PA;
2. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao RGPS das contribuições previdenciárias retidas, descumprindo o art. 195, II, da Constituição Federal;
3. Multa na quantidade de **300 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação das obrigações patronais do exercício, descumprindo o art. 195, I, "a", da Constituição Federal e art. 50, II, da LC nº 101/00;
4. Multa na quantidade de **600 UPF-PA** prevista no Art. 698, inciso IV, alínea "b", do RI/TCM/PA, pelo descumprimento do prazo para inserção no Mural de Licitações de documentos relativos aos processos Pregão Presencial nº



013/2019-SRP, Pregão Presencial nº 012/2019-SRP, Pregão Presencial nº 010/2019-SRP e Pregão Presencial nº 011/2019-SRP.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Deverá a Secretaria deste TCM/PA, após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a Presidência da Câmara Municipal de Viseu, para realizar o processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de noventa (90) dias, conforme determina o artigo 71, §2º da Constituição Estadual, informando a esta Corte de Contas, o resultado do julgamento.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém - PA, 6 de Junho de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 16.559

Processo nº 020001.2021.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2021

Relator: Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares

Instrução: 2ª Controladoria

Procurador(a): Marcelo Fonseca Barros

Interessados: ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO ATHAR (Prefeito - 01/01/2021 até 31/12/2021) E PAULO SÉRGIO FADUL NEVES (Contador - 01/01/2021 até 31/12/2021)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI. EXERCÍCIO DE 2021. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS. NOTIFICAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 020001.2021.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

DECISÃO:

I – **EMITIR** Parecer Prévio recomendando à CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI, julgar pela

APROVAÇÃO COM RESSALVAS a prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal da PREFEITURA DE CACHOEIRA DO ARARI, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade de ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO ATHAR, com a recomendação da observância da compensação dos gastos em educação e aplicação dos recursos do FUNDEB até o final do exercício de 2023, bem como, a observância do disposto na Lei Complementar 101/2000, com a devida diminuição dos gastos com pessoal do município.

II – NOTIFICAR o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI, após o trânsito em julgado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos na sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCM/PA o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, para apuração do Crime de Improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/1992, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

III – Em caso de inobservância, por parte da Câmara Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto a retirada dos autos neste TCM/PA, fica desde já autorizada a Secretaria-Geral, observadas as cautelas legais e normativas incidentes em adotar as providências necessárias de remessa postal da referida documentação. Belém - PA, 13 de Junho de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 16.564

PROCESSO Nº 002001.2016.1.000

MUNICÍPIO: ACARÁ

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

EXERCÍCIO: 2016

RESPONSÁVEL: JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR

ASSUNTO: CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCURADORA: MARIA INES DE MENDONÇA GUEIROS

RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

EMENTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ. EXERCÍCIO 2016. REABERTURA DE INSTRUÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 002001.2016.1.000, **RESOLVEM**, à unanimidade, os



Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da proposição do Relator,

DECISÃO: Reabrir a Instrução Processual das contas do Chefe do Poder Executivo Municipal da Prefeitura Municipal de Acará, exercício financeiro de **2016**, de responsabilidade de **José Maria de Oliveira Mota Junior**, para que a 4ª Controladoria examine a documentação complementar encaminhada pelo(a) ordenador(a), para análise conclusiva dos autos.

Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 15 de junho de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 16.560

Processo nº: 1.049002.2021.2.0005

Município: Muaná

Origem: Câmara Municipal

Natureza: Fixação Subsídio dos Vereadores

Exercício: 2021

Responsável: Gilmar Nunes Vale - Presidente

Membro MPCM/PA: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 07/10/2020. FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE VEREADORES. LEGISLATURA 2021/2024. REGULARIDADE. ENVIO À CONTROLADORIA RESPONSÁVEL.

RESOLVEM os Membros Integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, conforme dispõe o art. 75, III, c/c art. 110, III, RITCM/PA (Ato nº 23/2020, com as alterações consolidadas nos Atos nº 24, 25/2021 e 26/2022), por votação unânime, ante as razões expostas pelo Relator em seu relatório e voto.

DECISÃO:

I - Pela Regularidade da Resolução nº 001/2020, de 07/10/2020, que fixou o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Muaná, no valor único de R\$7.596,00(sete mil, quinhentos e noventa e seis reais).

II - Pelo Envio dos autos à Controladoria responsável, referente a legislatura 2021/2024, a fim de subsidiar a fiscalização orçamentária/financeira das despesas decorrentes do presente ato, bem como a observância dos limites constitucionais e legais, especialmente, quanto à suspensão dos efeitos financeiros para o exercício de 2021, na ocorrência de eventuais majorações, nos termos da Lei Complementar nº 173/2020, de 27/05/2020 e Resolução nº 15.626/TCM-PA, 03/03/2021. Sessão da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 07 de junho de 2023.

Protocolo: 40760



DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

ADMISSIBILIDADE

CONS. MARA LÚCIA BARBALHO

* DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA

(JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)

Processo nº: 1.006504.2018.2.0001

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira

Responsável: Rute Nazaré Oliveira Barros Nunes de Sousa

Advogado(a): Luiz Henrique de Souza Reimão (OAB/PA 20.726)

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO Nº 38.768 de 18/11/2021

Exercício: 2018

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pela Sra. **RUTE NAZARÉ OLIVEIRA BARROS NUNES DE SOUSA**, responsável legal pela prestação de contas da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ALTAMIRA**, exercício financeiro de **2018**, com arrimo no **art. 81, caput**, da **LC n.º 109/2016 c/c art. 604 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23)**, contra a decisão contida no **ACÓRDÃO Nº 38.768**, sob relatoria do Exmo. Conselheiro *Sebastião Cezar Leão Colares*, do qual se extrai:

ACÓRDÃO Nº 38.768

PROCESSO SPE Nº 006504.2018.2.000

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO: 2018

RESPONSÁVEL: RUTE NAZARÉ OLIVEIRA BARROS NUNES DE SOUSA

CONTADORA: GABRIELA SOUZA ELGRABLY

MPC: PROCURADORA MARIA REGINA FRANCO CUNHA



www.tcm.pa.gov.br



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de Contas. Alcance/Conta "agente ordenador". Ausência de esclarecimentos de somente um veículo. Ausência das prestações de contas de subvenção. Irregulares. Recolhimentos. Multa. Cópia ao MPE. Vistos, relatados e discutidos os autos,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual do Pleno, realizada nesta data, e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO:

I – JULGAR IRREGULARES as Contas da SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – SEMIS DE ALTAMIRA, exercício financeiro de 2018, de responsabilidade de RUTE NAZARÉ OLIVEIRA BARROS NUNES DE SOUSA, face o lançamento em Alcance/Conta "Agente Ordenador", e as transferências de subvenção social as instituições privadas, sem as respectivas prestações de contas.

II – IMPUTAR débito à Responsável que deverá ser recolhido ao ERÁRIO PÚBLICO, no prazo de 60 (sessenta) dias com base no Art. 706, §5º, do RI/TCM/PA., a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do processo ora analisado, segundo os índices e condições estabelecidos na legislação local, o valor de:

- R\$ 4.517,94 (quatro mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos), face o lançamento em Alcance/Conta Agente Ordenador, devidamente atualizado;

- R\$ 68.146,56 (sessenta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), face as transferências de subvenção social as instituições privadas, sem as respectivas prestações de contas, devidamente atualizado.

III – APLICAR multa a Responsável, que deve ser recolhida ao FUMREAP/TCM/PA (Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão no Art. 695, caput, do RI/TCM/PA, nos seguintes valores:

-200 (duzentas) UPF/PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, pela ausência de esclarecimentos da existência de somente um vínculo de servidores no órgão, nos termos do Art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA.

IV – ADVERTIR a Responsável que o não recolhimento da multa no prazo estabelecido, será acrescido de correção monetária, multa e juros mora, conforme previsão do Art. 703, I, II e III do RI/TCM/PA e em caso de não atendimento, comportam a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado do Pará, objetivando a execução do título executivo, com acréscimos dos consectários legais.

V – ENCAMINHAR cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, para apuração de responsabilidades.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de junho de 2021.

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA, em 11/01/2022, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para manifestação quanto à admissibilidade do Recurso Ordinário em 13/01/2022, conforme consta do despacho nos documentos nº2022002504.

É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:

1. DA LEGITIMIDADE:

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do art. 79, da LC n.º 109/2016¹.

No caso em tela, verifica-se que a Recorrente, ordenadora responsável pela prestação de contas da SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ALTAMIRA, durante o exercício financeiro de 2018, foi alcançada pela decisão constante no ACÓRDÃO Nº 38.768, estando, portanto, amparada, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente Recurso Ordinário.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:

Dispõe o §1º, do art. 81, da LC n.º 109/2016² c/c art. 604, §1º, do RITCM-PA³ (Ato 23), que o Recurso Ordinário poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão. A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no D.O.E do TCM-PA Nº 1139, de 18/11/2021, e publicada no dia 19/11/2021, sendo interposto, o presente recurso, em 11/02/2021.

É válido ressaltar que o presente recurso fora encaminhado de forma indevida nesta Corte de Contas em 17/12/2021, via SPE (Sistema de Processo Eletrônico) e dirigido para a 2ª Controladoria/TCM-PA, na qual



solicitou em **11/01/2022**, através do memorando nº 002/2022-TCM/PA, para a Secretaria-Geral que realizasse a devida autuação do Processo (**documento nº2022000284**).

Diante disso, considerando a data de inclusão do Recurso Ordinário neste TCM-PA (**17/12/2021**), o presente encontra-se dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do parágrafo único, do **art. 69, inciso V, da LC n.º 109/2016⁴ c/c art. 586, caput, do RITCM- PA⁵ (Ato 23)**, no que consigno, portanto, sua **tempestividade**.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no **“caput”, do art. 81, da LC n.º 109/2016**, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, cabe sua admissibilidade e apreciação nos efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do previsto no **§2º**, do citado dispositivo legal, bem como nos termos do **inciso I, do art. 585, do RITCM-PA⁶ (Ato 23)**.

3. DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, **ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO**, em seu duplo **efeito – devolutivo e suspensivo** – nos termos do **§2º, do art. 81, da LC n.º 109/2016**, exclusivamente, quanto à matéria recorrida, consignada junto ao **ACÓRDÃO Nº 38.768 de 18/11/2021**.

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo **§3º, do art. 81, da LC n.º 109/2016⁷**.

Belém-PA, em 14 de janeiro de 2022.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente do TCM-PA

¹ **Art. 79.** Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos:

§2º. Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

² **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

§2º. O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo

³ **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à:

§1º. O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no

Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

⁴ **Art. 69.** Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data:

V - Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA;

⁵ **Art. 586.** O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

⁶ **Art. 585.** Os recursos serão recebidos:

I - em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

⁷ **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

§3º. O recurso ordinário será apreciado pelo Tribunal Pleno e sua distribuição não poderá recair sob o Relator da decisão recorrida.

* **Republicado por ter saído com incorreção, ao invés de ter saído Admissibilidade, saiu Inadmissibilidade, mesmo o requerente preenchendo todos os requisitos necessários para admitir. Publicado na Edição do DOE TCM-PA nº 1.219, em 31/03/2022, p.21 a 23.**

DO GABINETE DO CORREGEDOR

TERMO DE PARCELAMENTO

CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO

PROCESSO Nº: 1.04859.2021.2.0004

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE ALEGRE/PA

INTERESSADO: LÚCIA MARIA DOS SANTOS BRAGA.

EXERCÍCIO: 2021

NÚMERO DO TERMO: 088/2023

NÚMERO DE PARCELAS: 03 (três) parcelas

VALOR DA PARCELA: R\$ 437,34 (quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos)

VENCIMENTOS: 20/07/2023; 20/08/2023 e 20/09/2023.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 20/06/2023

Belém, 23 de junho de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Corregedor

Protocolo: 40756



SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO**CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO****DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO****Nº 090/2023****PROCESSO Nº: 1.104002.2015.2.0008****PROCEDÊNCIA:** CÂMARA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA/PA**INTERESSADO:** JOSE DE SOUSA NOJOSA**EXERCÍCIO:** 2015

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO **PROCESSO Nº 104002.2015.2.000** **ACÓRDÃO Nº 36.158, DE 10/03/2020.**

Considerando o relatado na Informação Nº **090/2023** – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em **3 (três) parcelas** o pagamento referente a multa do **ACÓRDÃO Nº 36.158, DE 10/03/2020.**

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO.**

Belém, 23 de junho de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Corregedor

DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO**Nº 091/2023****PROCESSO Nº: 1.136021.2021.2.0003**

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE FLORESTA DO ARAGUAIA/PA

INTERESSADO: ALEXSANDRO SANTOS SANTIAGO**EXERCÍCIO:** 2021

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO **PROCESSO Nº 136021.2021.2.000** **ACÓRDÃO Nº 42.711, DE 16/05/2023.**

Considerando o relatado na Informação Nº **091/2023** – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em **03 (três) parcelas** o pagamento referente a multa do **ACÓRDÃO 42.711, DE 16/05/2023.**

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO.**

Belém, 22 de Junho de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Corregedor

Protocolo: 40758**CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE****NOTIFICAÇÃO****1ª CONTROLADORIA****NOTIFICAÇÃO****Nº 068/2023/1ª CONTROLADORIA/TCMPA****(PROCESSO Nº 1.124002.2023.2.0004)**

O Exmo. Conselheiro Relator Sérgio Leão, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo artigo 93, incisos VIII e XII, do Regimento Interno deste Tribunal, **NOTIFICA o Sr. ANTÔNIO ROGÉRIO ALVES DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia, no exercício financeiro de 2023**, para que no prazo de 10 (dez) dias, contado na forma do art. 421 do RITCMPA, apresente justificativas/esclarecimentos quanto a **Informação Técnica nº 022/2023/1ªCONTROLADORIA/TCM-PA (Demanda Ouvidoria)**, que é parte integrante desta Notificação (encaminhado para o e-mail cadastrado no UNICAD-TCM/PA), a fim de cumprir seu direito constitucional.

O não atendimento à presente Notificação, representará inobservância ao dever constitucional de prestar contas, estando o Ordenador de Despesas sujeita ao pagamento de multa diária a ser proposta pelo Conselheiro Relator, na forma da Lei Complementar nº 109/2016 c/c com os arts. 693 e 698 do RITCM-PA, sem prejuízo das demais cominações legais previstas (Atualizado até o Ato nº 26/2022 – RITCM-PA).

Belém, 23 de junho de 2023.

SÉRGIO LEÃO

Conselheiro/Relator

3ª CONTROLADORIA**NOTIFICAÇÃO****Nº 120/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM****Demanda de Ouvidoria nº 11052023003**

A Exma. Conselheira MARA LÚCIA, com fundamento no art. 414 e seguintes do Regimento Interno/TCM-PA, bem como nos arts. 1º, XVIII, 32, III, “a” e 33, 34, I, 66, 67, IV e §4º e 69, V, todos da Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), **NOTIFICA a Sra. Maria Regina Pereira Goés**, responsável pelo Fundo Municipal de Educação de Tailândia, nos seguintes termos:

www.tcm.pa.gov.br

■ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

CONSIDERANDO o recebimento da Demanda de Ouvidoria nº 11052023003, referente possível irregularidade no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 16/2023 FME realizada no Município de Tailândia.

CONSIDERANDO a Informação Técnica nº 244/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM; **CONSIDERANDO** a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria, para apreciação e julgamento das contas do Município de Tailândia no período de 2021/2024.

RESOLVE:

NOTIFICAR a Sra. Maria Regina Pereira Goés, Ordenadora do Fundo Municipal de Educação de Tailândia, para que, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 693 e seguintes, do Regimento Interno do TCM/PA:

1. Preste informações sobre os termos da demanda de ouvidoria nº 11052023003 e da Informação Técnica nº 244/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM;
2. Esclareça a realização/cancelamento do Pregão Presencial nº 16/2023 FME encaminhando as devidas documentações;
3. Apresente outras informações e/ou documentos que julgar necessários.

Belém, 26 de junho de 2023.

MARA LÚCIA

Conselheira/Relatora

NOTIFICAÇÃO

Nº 122/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM

Proc nº 1.019001.2023.2.0009

A Exma. Conselheira MARA LÚCIA, com fundamento nos artigos 93, Inciso VIII, art. 414 do Regimento Interno/TCM-PA, bem como nos arts. 1º, XVIII; 32, III, “a” e 33, 34, I, 67 – 67 C e 69, todos da Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), **NOTIFICA** o Sr. MIGUEL BERNARDO DA COSTA JUNIOR, REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE BUJARU, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o recebimento das Demanda de Ouvidoria nº 24042023002, que traz o pedido de denúncia de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 06-2023-PE SRP realizado na gestão do Sr. Miguel Bernardo

da Costa Junior, representante da Prefeitura Municipal de Bujaru.

CONSIDERANDO a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria para apreciação e julgamento das contas do Município de Bujaru no período de 2021/2014.

RESOLVE:

NOTIFICAR, o Sr. MIGUEL BERNARDO DA COSTA JUNIOR, REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE BUJARU, para que, no prazo de **10 (dez) dias**, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 278 e seguintes, do Regimento Interno do TCM/PA, para que:

- 1 – Prestar informações a cerca da Demanda de Ouvidoria nº 24042023002;
- 2 – No Pregão Eletrônico nº 06-2023-PE SRP houve inabilitação de empresas? Em caso positivo, qual a motivação?
- 3 – Ocorreu desclassificação de propostas? Em caso positivo, qual a motivação elencando as empresas penalizadas.
- 4 – Ato que designou pregoeiro e equipe de apoio;
- 5 – Houve recursos no Pregão Eletrônico nº 06-2023-PE SRP? Em caso positivo, qual a decisão final?
- 6 – Apresente outras informações que entender pertinentes a matéria.

Belém, 26 de junho de 2023.

MARA LÚCIA

Conselheira/Relatora

Protocolo: 40759

DOS SERVIÇOS AUXILIARES – SA

PORTARIA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP

PORTARIA Nº 0549/2023, DE 13/06/2023.

Nome: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Assunto: Conceder férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 2022/2023.

Período: 17/07 a 15/08/2023

ANTONIO JOSE COSTA DE FREITAS GUIMARAES

Conselheiro/Presidente



PORTARIA Nº 0560/2023 DE 14/06/2023**Nome:** ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**Assunto:** Conceder férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de 2021/2022.**Período:** 03/07 a 1º/08/2023.**ANTONIO JOSE COSTA DE FREITAS GUIMARAES**

Conselheiro/Presidente

PORTARIA Nº 0576/2023, DE 16/06/2023.**Nome:** ERIKA SUELLE ANDRADE MAESTRI**Assunto:** Interromper no dia 13 de junho de 2023, as férias concedidas através da Portaria nº 0437/2023, de 02/05/2023, referentes ao período aquisitivo de 2020/2021, ficando o saldo para gozo oportuno.**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES**

Conselheiro/Presidente

PORTARIA Nº 0581/2023, DE 19/06/2023**Nome:** MARCUS ANTONIO DE SOUZA**Assunto:** Autorizar a gozar o saldo de 30 (trinta) dias das férias, concedida através da Portaria nº 0817/2021 de 27/07/2021, a partir de 25/07/2023.**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES**

Conselheiro/Presidente

Protocolo: 40762**DIÁRIA****DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP****PORTARIA Nº 0548/2023 DE 12/06/2023****O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCM-PA, à conveniência dos serviços;**CONSIDERANDO** o Memorando nº 030/2023/1ª Controladoria, de 06/06/2023.**RESOLVE:**Retificar a Portaria nº 0507/2023 de 23/05/2023, que autorizou o pagamento de 04 e ½ (quatro e meia) diárias à servidora **MARIA CLAUDIA BORGES LOBATO**, matrícula nº 500000796, F.G. APOIO ESPECIALIZADO - TCM.FG.301-4, para participar do Projeto Capacitação, com o objetivo

de capacitar os jurisdicionados nas suas regiões por meio da interiorização do TCM-PA, a realizar-se no Município Polo Marabá, alterando o período para 30/05 a 02/06/2023 e as diárias para 3 e ½ (três e meia).

ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 0553/2023 DE 13/06/2023**O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCM-PA, à conveniência dos serviços;**CONSIDERANDO**, a solicitação contida no processo nº PA202314588 de 15/05/2023;**CONSIDERANDO**, a solicitação contida no Memorando nº 075/2023/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 12/06/2023;**RESOLVE:**Retificar a Portaria nº 0529/2023 de 29/05/2023, que autorizou o pagamento de 02 e ½ (duas e meia) diárias no período de 15 a 17 de junho de 2023, ao servidor **EVERALDO LINO ALVES**, matrícula nº 500000781, COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO - TCM.CPC.201-5, para ministrar palestra no "II Encontro do Conselho de Alimentação Escolar de Paragominas e Regiões", a realizar-se no Município de Paragominas, alterando o período para 14 a 16 de junho de 2023.**ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO**

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 0561/2023 DE 15/06/2023**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);**CONSIDERANDO** o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79;**CONSIDERANDO** os termos da Portaria nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;**CONSIDERANDO** a solicitação contida no Processo nº PA202314686, de 14/06/2023;

RESOLVE:

Autorizar o Conselheiro **FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEAO**, para participar de reunião técnica mensal, na condição de Membro do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa - IRB, que ocorrerá na cidade de Brasília/DF, no período de 28/06 a 29/06/2023, concedendo-lhe 01 e 1/2 (uma e meia) diárias e passagens aéreas.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES

Conselheiro/Presidente

PORTARIA Nº 0563/2023 DE 15/06/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

CONSIDERANDO o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO a solicitação contida no processo nº PA202314681, de 13/06/2023;

RESOLVE:

Autorizar a Conselheira **MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ**, para participar do IX Encontro de Estudos Avançados do Instituto Rui Barbosa-IRB, a realizar-se na cidade de Brasília/DF, no período de 29/06 a 1º/07/2023, concedendo-lhe 2 e 1/2 (duas e meia) diárias e passagens aéreas.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES

Conselheiro/Presidente

PORTARIA Nº 0564/2023 DE 15/06/2023

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

CONSIDERANDO os termos das Portarias nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO a solicitação contida no processo nº PA202314681, de 15/06/2023;

RESOLVE:

1. Autorizar a servidora abaixo, para participar do IX Encontro de Estudos Avançados do Instituto Rui Barbosa-IRB, concedendo-lhes diárias e passagens aéreas;

Nome	Cargo/Função	Matrícula	Município	Período	Diárias
Brenda Silva Alcantara Oliveira	DIRETOR	500000538	BRASILIA/DF	29/06 A 1º/07/2023	2 e ½ (duas e meia)

2. Ao final do referido evento, a servidora deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 0565/2023 DE 15/06/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

CONSIDERANDO o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Processo nº PA202314685, de 14/06/2023;

RESOLVE:

Autorizar o Conselheiro **SEBASTIAO CEZAR LEAO COLARES**, para participar do evento "2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas - LabTCs", a realizar-se na cidade de Cuiabá/MT, no período de 20 a 23 de junho de 2023, concedendo-lhe 03 e 1/2 (três e meia) diárias e passagens aéreas.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES

Conselheiro/Presidente



PORTARIA Nº 0566/2023 DE 15/06/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

CONSIDERANDO o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Processo nº PA202314682, de 13/06/2023;

RESOLVE:

Autorizar o Conselheiro **SEBASTIAO CEZAR LEAO COLARES**, para participar de Reunião com o Instituto Reúna, a realizar-se na cidade de São Paulo/SP, no período de 27 a 28 de junho de 2023, concedendo-lhe 01 e 1/2 (uma e meia) diárias e passagens aéreas.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES

Conselheiro/Presidente

PORTARIA Nº 0580/2023, DE 19/06/2023

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

CONSIDERANDO os termos das Portarias nº 0164/2023 e c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

CONSIDERANDO a solicitação contida no processo nº PA202314699, de 19/06/2023;

RESOLVE:

1. Designar a servidora abaixo, para realização de Capacitação aos Membros dos Conselhos de Controle Social do município de Salvaterra, concedendo-lhe diárias;

Nome	Cargo/Função	Matrícula	Município	Período	Diárias
Ana Cristina Santos Sodre	Auditor de Controle Externo	500000805	Salvaterra	27/06/2023 25 A	02 e ½ (duas e meia)

2. Ao final do referido evento, o servidor deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório das

atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO

Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 40761

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023**

De acordo com o Parecer da DIRETORIA JURÍDICA Nº 199/2023-DIJUR/TCM e do Parecer de Conformidade da CCI Nº 073/2023 exarados nos autos do Processo nº PA202314383, **RECONHEÇO E RATIFICO**, com base no Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** prevista no e no art. 25, II c/c art 13, III e art. 26 § único da referida Lei, na contratação direta da prestação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de consultoria e assessoria para a manutenção preventiva, corretiva, customizada e melhorias no Sistema Informatizado Geo Obras, para execução de atividades no âmbito do Termo de Cessão de Uso firmado entre este TCM/PA e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso-TCE-MT, pelo período de 12 (doze) meses, em favor da empresa **F. C. DE SOUZA HIGA ME**, portadora do CNPJ/MF nº 12.247.922/0001-87, com sede estabelecida na Rua 4, nº 650, Boa Esperança, Cuiabá-MT, pelo valor mensal de **R\$ 5.370,00** (Cinco mil trezentos e setenta reais) e total de **R\$ 64.440,00** (Sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e na proposta comercial da empresa e de acordo com a dotação orçamentária: 03101.01.126.1454-8741, Fonte: 01500000001 e Elemento de Despesa: 339040.08.

Belém/PA, 23 de junho de 2023

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro Presidente

Protocolo: 40754



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2023

De acordo com o Parecer da DIRETORIA JURÍDICA Nº 208/2023-DIJUR/TCM e do Parecer de Conformidade da CCI Nº 071/2023 exarados nos autos do Processo nº PA202314577, **RECONHEÇO E RATIFICO**, com base no Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** prevista no Art. 25, II c/c art. 13, III da referida Lei, na contratação direta de prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual de consultoria e assessoramento, aos trabalhos de auditoria em obras rodoviárias (vicinais ou vias urbanas) prevista no item 3.4.7 do Plano Anual de Fiscalização/2023/CEMOP, no âmbito da jurisdição do TCM/PA por 144 (cento e quarenta e quatro) horas, conforme detalhado no Termo de Referência, em favor da empresa **NEW ROADS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 20.585.488/0001-73, com sede na Avenida W3 Sul, Quadra 502, Bloco C, Loja 37, Asa Sul, Brasília-DF, (61) 4042-0092, newroads@newroads.com.br, CEP: 70.330-530, pelo valor mensal estimado de **R\$ 12.600,00** (Doze mil e seiscentos reais), e valor total estimado de **R\$ 151.200,00** (Cento e cinquenta e um mil e duzentos reais), tendo o prazo de vigência de 12(doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e na proposta comercial da empresa e de acordo com a dotação orçamentária: 03101.01.032.1454-8746, Fonte: 01500000001 e Elemento de Despesa: 339035.

Belém, PA, 23 de junho de 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro Presidente

Protocolo: 40755

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO TCM PA****CONCURSO PÚBLICO****EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO****TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ****EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS Nº 001 E 002/2022/TCMPA****EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO****ENTREVISTA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO REALIZADA EM 19/06/2023**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Tv. Magno de Araújo, 474, Telégrafo Sem Fio - Belém - PA, CEP 66113-055, neste ato representado pela **COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO TCM PA**, designada pelas Portarias nº 172/2022 e 243/2022, em atenção aos termos dos **Concursos Públicos n.º 001 e 002/2022/TCMPA**, informa aos(as) candidatos(as) dos certames, por intermédio do presente **EDITAL**, que:

CONSIDERANDO o Edital de Convocação, publicizado em 19/06/2023, destinado a fixação de local, data e horário, para a submissão dos candidatos(as) nos citados concursos públicos do TCM PA, visando a realização de entrevista de heteroidentificação (raça/cor), para os cargos de Auditor de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Conselheiro Substituto;

CONSIDERANDO as entrevistas realizadas na sede do TCM PA, em 23/06/2023, pela Comissão de Coordenação de Concurso Público e da Banca Examinadora (INSTITUTO CONSULPAM), destinadas à verificação de heteroidentificação;

CONSIDERANDO que dos(as) candidatos(as) convocados, somente a candidata INGRID CARNEIRO DA SILVA (Inscrição: 25928), para o cargo de Auditor de Controle Externo: Área de Governança Pública, não compareceu, comportando em sua desistência à vaga destinada a cota de raça/cor, sem prejuízo de sua manutenção na ampla concorrência, conforme previsão do subitem 5.16 do Edital.

DECIDE e INFORMA que os candidatos abaixo enumerados cumpriram com as exigências de heteroidentificação, conforme avaliação das características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do procedimento de



www.tcm.pa.gov.br



↳ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

heteroidentificação (v.g. cor da pele, cabelo, lábios, olhos e nariz), balizado nos critérios do IBGE:

- a) JULIANA DA COSTA NASCIMENTO (Inscrição 20646);
- b) JÉSSICA BEZERRA DE MESQUITA (Inscrição 38981);
- c) DIEGO MOTA DOURADO (Inscrição 39661);
- d) LUIZ OTÁVIO ROMEIRO DE ARAÚJO COSTA JUNIOR (Inscrição 22898);
- e) YAN CARLOS SERRÃO PARENTE (Inscrição 20092);
- f) RUBENILSON OLIVEIRA DA SILVA (Inscrição 34636);
- g) ELIM DOS PASSOS DO COUTO (Inscrição 24105);
- h) RODRIGO CESAR BESSONI E SILVA (Inscrição 100371).

INFORMA e **CONVOCA**, conforme item 5.6 do Edital, a candidata **NAIARA VIDEIRA DOS SANTOS** (Inscrição n.º 36081), do cargo de Auditor de Controle Externo: Área de Governança Pública, para a realização de entrevista de heteroidentificação, como candidata aprovada na cota de raça/cor, em virtude da desistência da candidata INGRID CARNEIRO DA SILVA à citada vaga, a qual se dará no dia **30/06/2023, às 9hs (nove horas), na sede do Tribunal do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro do Telégrafo – Belém/PA).**

Belém-PA, 23 de junho de 2023.

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro-Substituto/Presidente da Comissão/TCMPA

DEUZA LÚCIA BARBOSA

Membro/TCMPA

LUIZ FERNANDO G. DA COSTA

Membro/TCMPA

PAOLA CALS DAHER

Membro/TCMPA

CONCURSO PÚBLICO

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS Nº 001 E 002/2022/TCMPA

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ENTREVISTA DE CANDIDATOS PRETOS, PARDOS, QUILOMBOLAS OU INDÍGENAS

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na

Tv. Magno de Araújo, 474, Telégrafo Sem Fio - Belém - PA, CEP 66113-055, neste ato representado pela **COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO TCMPA**, designada pelas Portarias n.º 172/2022 e 243/2022, em atenção aos termos dos **Concursos Públicos n.º 001 e 002/2022/TCMPA**, informa aos(as) candidatos(as) dos certames, por intermédio do presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, que:

CONSIDERANDO as competências fixadas à Comissão de Coordenação do Concurso Público do TCMPA, fixadas nos termos do **art. 2º, da Portaria n.º 0172/2022/GP/TCMPA**, de 11/02/2022 c/c **subitens 16.24 e 16.25**, dos Editais de Concursos Públicos n.º 001 e 002/2022/TCMPA;

CONSIDERANDO a divulgação do resultado final dos citados concursos públicos, após análise dos recursos interpostos às provas discursiva e de títulos, em 16/06/2023 e 21/06/2023 (RETIFICAÇÃO), no site do INSTITUTO CONSULPAM e do TCMPA, com as devidas publicações nos Diários Oficiais do TCMPA e do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as disposições estabelecidas no item 5 dos Editais n.º 001 e 002/2022/TCMPA, em conjunto COMUNICADO GERAL / NOTA DE ESCLARECIMENTO de 21/06/2023, referente a entrevista dos candidatos **CLASSIFICADOS E NÃO APROVADOS** que se autodeclararam pretos, pardos, indígenas ou quilombolas.

INFORMA que os candidatos **CLASSIFICADOS E NÃO APROVADOS**, constantes da relação em anexo, deverão se apresentar na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sito à Travessa Magno Araújo, 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113.55, **na data de 30/06/2023, às 9hs**, para realização da entrevista.

ESCLARECE e **INFORMA** que os(as) candidatos(s) que se autodeclararam indígenas ou quilombolas deverão apresentar todos os documentos exigidos na forma do Edital, em via original, ao que a sua não apresentação no local, data e horário indicados, acarretará a sua desclassificação.

ESCLARECE e **INFORMA**, ainda, que o não comparecimento do(a) candidato(a) convocado(a) no local, data e horário indicados, igualmente acarretará a sua desclassificação.

ESCLARECE e **INFORMA**, por fim, que os candidatos pretos, pardos, indígenas ou quilombolas receberão, por ocasião da entrevista, a Declaração de Pertencimento, na forma do item 5.11 do Edital, para assinatura e juntada ao processo administrativo do concurso público.



www.tcm.pa.gov.br



← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

TCMPA
2008 - 2023

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

DETERMINA que o presente COMUNICADO GERAL, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no Diário Oficial do TCM PA e, ainda, disponibilizado nas áreas destinadas junto aos sítios eletrônicos do INSTITUTO CONSULPAM e do TCM PA, incorporando-se, para todos os efeitos, aos Editais dos Concursos Públicos n.º 001 e 002/2022/TCMPA, conforme previsão expressa do **subitem 16.6**, do referenciado instrumento de regulamentação do certame.

Belém-PA, 23 de junho de 2023.

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro-Substituto/Presidente da Comissão/TCMPA

DEUZA LÚCIA BARBOSA

Membro/TCMPA

LUIZ FERNANDO G. DA COSTA

Membro/TCMPA

PAOLA CALS DAHER

Membro/TCMPA

ANEXO:

001 – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO: ÁREA JURÍDICA	
INSCRIÇÃO	NOME
27620	ANANDA ABOIM PEREIRA MACHADO
20276	EVANDRO FERNANDES CORDEIRO JUNIOR
23129	RENNAN VICTOR DOS SANTOS CUNHA
33220	GERSON DOS SANTOS MAIA
39735	SILAS GONÇALVES DOS REIS
36864	LEILA MOITINHO BENTES
26709	BRUNA CORREA DA SILVA
40324	ARTHUR GRANHEN BRANDÃO DA COSTA
27328	BELARDIM BERTON LOPES ARAÚJO
40064	ANTONIO MARIO SOUZA DE ALMEIDA
34520	ANA CLARA BRASIL TEIXEIRA
29840	JOSÉ DAVID BATISTA DA SILVA
27653	FABIO EDUARDO PEREIRA MENDES
39669	ANTONIO MARCOS FERREIRA DE SOUZA
26557	ALYSSON LOPES DA COSTA
35223	DEBORA BANDEIRA SILVA
31897	MANOEL DO NASCIMENTO FREITAS
22002	EUCLIDES ANDRÉ DO NASCIMENTO NETO
27264	JESSICA DO NASCIMENTO BRITO

001 – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO: ÁREA JURÍDICA	
INSCRIÇÃO	NOME
26256	CRISTIANE BORGES DA SILVA
40589	PAULO HENRIQUE CARNEIRO DE CASTRO
29052	CAIO HENRIQUE DIAS DE OLIVEIRA
23989	NEANDER FAVACHO LOEB
23543	LAEL MESQUITA TEIXEIRA
34833	JOICE KELLY FERREIRA RODRIGUES
25617	ADISLAYNNEER KAYRA FIGUEIREDO DA GAMA
34836	MARCEL FERREIRA MIRANDA
41794	DILMA OLIVEIRA DO CARMO
37442	JEFFERSON FERREIRA COELHO

002 – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO: ÁREA CONTÁBIL	
INSCRIÇÃO	NOME
30101	ESTEVAO SOUSA DA CRUZ
24020	ISABELE JAÍNNE MORAIS GOMES
20647	HILDA DA FONSECA DUARTE CAETANO
37352	EMANUEL NAZARENO OLIVA DA SILVA JUNIOR
26916	VALDENILSON SOUZA SANTOS
22748	ELIM DOS PASSOS DO COUTO
39995	FABIO PEREIRA DE FREITAS
31465	GETULIO GOMES DE MOURA
46169	MARIANA CRISTINA MELO DO NASCIMENTO
22478	JOHN LINCON DA SILVA NEVES
22497	MARCELO DOS SANTOS
22354	RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA
39357	SUELENE DOS ANJOS SILVA COELHO
33037	MÁRCIO DE LIMA VIEIRA
22795	DEVISON VIEIRA GUIMARAES DAS NEVES
46599	SIMONE DE SOUSA BRITTO
36349	THALITA EDNA AGUIAR DOS REIS
20344	MICHELLE LUIZA SANTOS DE ARAUJO
27914	MARCOS VENICIO MENDES DE CARVALHO
20657	TENILSON GONZAGA DOS SANTOS
34523	ROSIRENE DA SILVA COSTA



003 – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO: ÁREA DE GOVERNANÇA PÚBLICA	
INSCRIÇÃO	NOME
36081	NAIARA VIDEIRA DOS SANTOS
20843	LUANA ABREU DE OLIVEIRA
32349	MARLISON RAMON GOMES NUNES
22271	LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
36716	MARCELO ROBSON SILVA VILELA
24352	LUCAS DIOGO RODRIGUES DA SILVA
28316	JESSICA DE SOUZA COSTA
39387	ADAO VIEIRA DA SILVA
23035	GLEICIANE SCHUPP DE SENA MESQUITA
23834	BRUNO SIQUEIRA DE SOUZA
33782	VALDEIR DE SOUZA AGUIAR
33374	ALINNE LORRANY GOMES DOS SANTOS
24823	ROBERTA ALVES ABREU
27085	RONILDO BORGES DE SOUSA
29770	DISNEY JOHNSON DA SILVA SALES
26928	REGINA CLAUDIA NASCIMENTO PINHEIRO
47573	TEREZA CRISTINA MONTEIRO GURJÃO
39581	EDUARDO ALVES LOPES
21604	ROBERTO JUNIOR DE OLIVEIRA ROCHA

004 – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	
INSCRIÇÃO	NOME
36717	MARCELO ROBSON SILVA VILELA
28611	ANDRE CABRAL DE SOUZA JUNIOR
23038	GLEICIANE SCHUPP DE SENA MESQUITA
20846	LUANA ABREU DE OLIVEIRA
22506	MARCELO DOS SANTOS
49487	ALINNE LORRANY GOMES DOS SANTOS
39718	VALDENILSON SOUZA SANTOS
23132	RENNAN VICTOR DOS SANTOS CUNHA
48797	TIAGO MADSON ARAGÃO DOMINGOS

004 – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	
INSCRIÇÃO	NOME
27883	BRUNO SIQUEIRA DE SOUZA
25070	JESSICA PAMELA MONTEIRO DA SILVA
29290	RAYANNE SANTOS DE OLIVEIRA
48750	MARCOS VENICIO MENDES DE CARVALHO
27502	YGOR RODRIGUES CAMPOS
26925	REGINA CLAUDIA NASCIMENTO PINHEIRO
27463	JENNYFER DOS SANTOS RAMOS
20654	HILDA DA FONSECA DUARTE CAETANO
35226	DEBORA BANDEIRA SILVA
25147	JULIANA DA COSTA NASCIMENTO
20357	MICHELLE LUIZA SANTOS DE ARAUJO
25591	EVANDRO FERNANDES CORDEIRO JUNIOR
34421	ANDRE DUARTE RODRIGUES
30320	ELIZIANE BATISTA ARAÚJO
22270	WELLINGTON WAGNER CRISTO DA FONSECA
34009	ADISLAYNNEER KAYRA FIGUEIREDO DA GAMA
24084	LUCELINO LISBOA DA COSTA
32432	ARLEN MARTINS DIAS

005 – CONSELHEIRO SUBSTITUTO	
INSCRIÇÃO	NOME
100471	MAURO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO MONTEIRO
100631	DIEGO COSTA DE AQUINO
100546	WALLACE RODRIGUES PIMENTEL
101783	ANTONIO MARIO SOUZA DE ALMEIDA
100653	FERNANDA PINHEIRO PANTOJA
100419	INGRID CARNEIRO DA SILVA
100574	LUIZ OTAVIO ROMEIRO DE ARAUJO COSTA JUNIOR
101260	LEONARDO JOSE RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO
102156	EUCLIDES ANDRÉ DO NASCIMENTO NETO
102215	TIAGO MADSON ARAGÃO DOMINGOS

